

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.033 - MG (2019/0317223-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
SUSCITANTE : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE TEÓFILO OTONI - SJ/MG**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
INTERES. : **FERNANDO ANTONIO BARBOSA**

DECISÃO

Cuida-se de petição atravessada por FERNANDO ANTÔNIO BARBOSA no bojo de conflito negativo de competência suscitado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais em face de decisão do Juízo Federal da 1ª Vara de Teófilo Otoni – SJ/MG que se reputou incompetente para julgar ação penal (n. 0001134-31.2019.4.01.3816 – numeração da Justiça Federal ou n. 0006765-02.2018.8.13.0686 – numeração da Justiça Estadual) na qual o requerente e outros quatro réus são acusados de constituir dolosamente organização criminosa, destinada a frustrar o caráter competitivo de licitação pública, inserindo declarações falsas em documentos públicos com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, oferecendo vantagem indevida ao Prefeito do Município de Piedade de Caratinga/MG, com o fim de omitir atos de ofício (oferta não aceita), além de negociarem com o requerente (então Secretário de Saúde do Município) e com o réu CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA, na qualidade de servidores públicos municipais, o pagamento de propina no valor de 15% sobre o valor das compras que o município realizasse junto às empresas distribuidoras de materiais médicos e hospitalares envolvidas no esquema criminoso.

Esclarece o requerente que respondia em liberdade à ação penal, perante o Juízo de Direito da 2ª Vara criminal da Comarca de Teófilo Otoni/MG, tendo-lhe sido concedida liberdade provisória mediante o cumprimento de determinadas condições (cf. Termo de Compromisso à e-STJ fl. 5.155), dentre as quais a proibição de se ausentar da Comarca, sem prévia autorização judicial.

Pede a suspensão das condições a si impostas para a obtenção da

liberdade provisória ou, “De forma alternativa, requer autorização para se ausentar da Comarca de Belo Horizonte, onde reside, no período de 28.11.19 à 05.12.2019, para comparecer à cidade de Teófilo Otoni – MG onde poderá ser encontrado na Rua Teodorico Tourino, nº. 250, ap. 902, a fim de participar da cerimônia de casamento a qual é padrinho, que ocorrerá no dia 30.11.2019, no sítio Tôa Tôa, localizado na BR-342 Teófilo Otoni – MG. Requer, ainda, autorização para se ausentar da Comarca onde reside para realizar viagem com sua família nos feriados de final de ano, esclarecendo que será informado, previamente, data, local e endereço onde o requerente será localizado” (e-STJ fl. 5.165).

É o relatório. Passo a decidir.

Ressalto, inicialmente, que as condições impostas com a liberdade provisória permanecem válidas enquanto pendente de decisão o presente conflito de competência. Não fosse assim, nem mesmo a concessão de liberdade provisória seria válida e o requerente teria de retornar à prisão preventiva anteriormente vigente. Não pode o requerente pretender a manutenção da eficácia da liberdade provisória e pleitear a suspensão das condições a ela atreladas unicamente com fundamento na existência de discussão sobre a competência para o julgamento da ação penal.

De outro lado, não é competência desta Corte deliberar sobre os pedidos do requerente para ausentar-se da Comarca.

Dito isso e tendo em conta que o termo de compromisso foi assinado perante a 2ª Vara criminal da Comarca de Teófilo Otoni, designo o Juízo de Direito da mencionada Comarca para decidir as questões urgentes no processo de execução até a decisão final do presente conflito de competência, assim como os pedidos do requerente para se ausentar da cidade, nas datas por ele indicadas.

Comunique-se, com urgência tanto por e-mail quanto pelas vias oficiais, o teor desta decisão aos Juízos em conflito, juntando-se aos autos cópia do recebimento do e-mail.

Superior Tribunal de Justiça

Providencie a Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Penal a inclusão do nome do Peticionante, assim como dos demais réus na ação principal (ver denúncia às e-STJ fls. 5.123/5.131) na autuação do presente conflito, como interessados, assim como a inclusão do nome de seu(s) patrono(s), vistos na petição de fl. 5.165.

Na sequência, colha-se o parecer do Ministério Público Federal sobre a controvérsia posta no conflito, na forma do art. 198 do Regimento Interno do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Ministro